

AVALIANDO DESENHOS CURRICULARES NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA: UMA CONTRIBUIÇÃO FREIREANA

Daíze Francielle Nunes da Silva¹
Isabelle Thaís Gomes Cosme de Medeiros²
Rita de Cassia Cavalcanti Porto³

INTRODUÇÃO

Com este texto objetivamos analisar, a partir de referenciais Freireanos os Desenhos Curriculares dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de João Pessoa. As escolas foram selecionadas junto aos representantes da Secretária de Educação do Município. A rede Municipal de Ensino da Cidade de João Pessoa é composta por noventa e seis (96) escolas, sendo estas divididas em nove pólos. O que direcionou de maneira intencional a seleção de nove Projetos Políticos Pedagógicos distintos para análise. Principiando de indagações como: em que se embasam os Projetos Políticos Pedagógicos? Como são formulados? O que são e o que entendemos por Desenhos Curriculares?

Realizamos inicialmente o estudo de obras freireanas e leituras de Documentos Oficiais¹ referentes à Educação Básica, atentando a questão da formulação e da organização curricular dos Projetos Políticos Pedagógicos. Como integrantes de um Grupo de Pesquisa que desenvolve a temática políticas curriculares, fundamentamos em autores da teoria crítica como: Freire, Apple, Porto, entre outros. O estudo prioriza a análise bibliográfica e documental, evidenciando a teoria crítica do currículo e as ideias de Paulo Freire.

O CURRÍCULO PARA FREIRE

Freire apesar de não ter formulado uma teoria explícita sobre o currículo, exerceu e exerce, pela atualidade de seu debate, forte influência sobre autores que trabalham diretamente com a questão. Através de suas obras é possível identificar uma preocupação sobre o tema e um direcionamento não só de educadores e educadoras, como também de leitores, sobre aspectos importantes da Educação. A qual ele define como: “[...] permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude” (FREIRE, 1995, p.20).

Tratando nesta perspectiva, do entrelaçamento da educação com o desenvolvimento do ser, atentamos para a questão da humanização dos sujeitos. Da “assunção de nós por nós mesmos” (FREIRE, 1995, p. 47). No sentido de nos assumirmos como seres inacabados, “[...] ser em permanente procura, curioso, tomando distância de si mesmo e da vida que porta; é

¹ Universidade Federal da Paraíba.

² Universidade Federal da Paraíba.

³ Universidade Federal da Paraíba.

⁴ Constituição Federal de 1988 (artigo 205). Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

por estarmos sendo este ser dado à aventura e à paixão de conhecer, [...] que vimos nos vocacionando para a humanização” (FREIRE, 1992, p.99).

O sujeito no ato de assunção pode superar o seu estado de opressão, seja através das lutas ou pela evidência da sua história, da sua cultura, da sociedade ou da política vigente. Se fazendo, através da liberdade seres humanos conscientes,

Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorizar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens é uma transgressão (FREIRE, 1995, p.16)

Transgressão à condição de oprimido, de um ser apolítico, longe da autonomia e do sentido da Educação humanizadora. A qual se embasa na assunção do ser e se efetiva através do diálogo. Pois “[...] o diálogo é o encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar, este diálogo não pode reduzir-se a depositar ideias em outro” (FREIRE, 1980, p. 83). Porém, auxilia na formação crítica do sujeito. Corroborando com Santiago (2009), a “atitude crítica do sujeito serve de lente para as escolhas, opções e reivindicações”. Fundamentando a importância da reflexão sobre a prática e da relação teoria/prática, principalmente ao tratar sobre o currículo como “norte e expressão do trabalho escolar” (SANTIAGO, 2009, p.101)

Deixando um grande legado, Freire se expressa sobre o currículo tradicional, que é apenas voltado às disciplinas, ao conteúdo programático, não ressaltando o contexto em que a escola ou o aluno, como centro do processo de ensino aprendizagem, está inserido. Para ele, o currículo deverá ser analisado a partir da visão de mundo, o qual possibilite o educando a ser um sujeito emancipado e crie meios que possibilitem novos caminhos. Dando importância a sua identidade cultural e a singularidade de cada comunidade, na perspectiva de que a Escola vai além de seus muros, tendo toda a comunidade conhecimentos válidos no caminhar da instituição de ensino. Além do inacabamento do saber, que evidencia a necessidade do currículo ser reformulado constantemente, levando em consideração muito mais do que os conteúdos, “o que quero dizer é que a própria compreensão do que é ensinar, do que é aprender e do que é conhecer tem conotações, métodos e fins – diferentes para um e para outro” (FREIRE, 1991, p.29). Cada Escola tem características diferentes, não só pela comunidade que se encontra, mas por questões sociais, econômicas, culturais e políticas.

Visto como um instrumento político, o currículo pode auxiliar para a construção de uma educação de qualidade. O que faz Freire permear uma crítica ao sistema, através da concepção de Educação Bancária, a qual “o educador escolhe os conteúdos programáticos; os educandos se acomodam a ele; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional; que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos [...] (FREIRE, 1983, p. 68).

Uma educação que apenas deposita conhecimentos nos sujeitos, sem considerar seus saberes prévios ou mesmo o seu contexto de vida, fazendo do professor o detentor do saber e do aluno um “saco vazio”, que nada sabe. Relação que pode ser dita de opressão, mas que segundo o autor pode ser superada através da relação dialógica entre o professor/aluno ou

educador/educando. Atentando para uma proposta libertadora que ressalte o contexto de vida do educando e do educador na perspectiva de que “quem aprende-ensina e que quem ensina- aprende”. Uma Educação problematizadora, a qual o educador parta do contexto de vida do educando, para que através de uma relação de diálogo procurem soluções para os problemas existentes no cotidiano em que ambos estão inseridos.

Em “Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa”, o autor apresenta elementos que auxiliam o entendimento da prática docente e sua importância para a formação humana na perspectiva de uma educação transformadora, que liberte e contribua para uma consciência crítica perante os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos do sujeito. Sendo assim, atentamos sobre sua formação, concordando com Freire quando diz que:

[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunde com a prática (FREIRE, 1996, p. 39).

O professor é parte importante no processo ensino aprendizagem, e sua formação deve ser permanente, pois busca uma consciência crítica. Na singularidade do sujeito como ser inacabado, em constante devir, consciente do seu inacabamento e da necessidade de uma educação dinâmica, que conta não só com educadores e educadoras, mas com toda uma comunidade escolar. Por isso, torna-se urgente a democratização da escola pública (FREIRE, 1992, p. 11)

Não só nas obras de Paulo Freire, mas também nos documentos oficiais, consta que o currículo deve partir da situação de cada região, da realidade dos educandos e da vivência de cada escola, onde também dispõe da realidade de cada pessoa. Como podemos identificar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/1996, em seu Artigo 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Aspectos que acentuam a necessidade de entendermos os desenhos curriculares das Escolas, por meio dos seus PPP. Os princípios freireanos dialogam com os documentos oficiais direcionados a educação brasileira, influenciando no debate atual das Políticas Educacionais voltadas a uma Educação de qualidade social pautadas em uma base legal que garantem os direitos dos sujeitos no currículo, na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos, na formação dos professores e na práxis pedagógica.

Nessa perspectiva, ao falar sobre políticas curriculares, nos ancoramos em Ball (MAINARDES, MARCONDES, 2009) através do seu ciclo de políticas que trata dos contextos de

influência, produção de textos, prática, resultados e de estratégia política atentando para suas relações. Iniciando com o contexto de influência e o contexto da produção de textos, através dos quais identificamos a necessidade de conhecer a realidade dos sujeitos para que os documentos curriculares oficiais, mesmo com uma visão geral, possam servir de base para os níveis e modalidades de Ensino da Educação Básica.

A relação do contexto de produção de textos com o contexto da prática evidencia a necessidade dos professores da Educação Básica ter uma boa formação teórico-prática, pautada no conhecimento das políticas curriculares e na reflexão de suas ações. Entrando aqui o contexto de resultados, que segundo Ball (MAINARDES, MARCONDES, 2009), “é uma extensão da prática, pois os resultados partem de tentativas de mudar as ações ou o comportamento de professores ou de profissionais que atuam na prática”. Para falar sobre o contexto de estratégia política torna-se necessário repensarmos todos os outros contextos: o contexto da influência, da prática, da produção de textos e dos resultados, atentando para o fato que esses contextos não podem ser separados um do outro. É um ciclo contínuo. Ou como reforça Freire: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (1989, p. 9).

O PPP E OS DOCUMENTOS OFICIAIS

O Projeto Político Pedagógico tem sua base formativa nos Documentos Oficiais Brasileiros. E em sua infinitude de sentidos deve abranger não apenas os conteúdos e as práticas educacionais do espaço institucional, mas diversos aspectos que atendam as necessidades escolares, indo além de seus muros, na perspectiva de uma formação crítica do sujeito.

Santiago (2009) trata o PPP como PPPE⁵, referendando-o como um processo que apresenta quatro fases articuladas e transversalizadas:

- 1) a análise da realidade ou análise da situação escolar;
- 2) discussão da situação escolar, tomada de decisão e definição de prioridades e metas para o trabalho escolar;
- 3) efetivação-vivência das decisões tomadas para o funcionamento da escola;
- 4) o acompanhamento e avaliação das decisões e práticas.

Corroborando ao PPP a função de um instrumento de gestão democrática que contribui para a efetivação do direito à educação, tem-se em contradição práticas pedagógicas que se distanciam da idealização e da materialização do que propõe os projetos analisados. Partindo desse pressuposto caminhamos para análise dos PPP, na intenção de perceber o distanciamento entre a elaboração, o desenvolvimento e a compreensão dos projetos propostos pelas escolas.

⁵ Projeto Político Pedagógico da Escola.

Dentre os documentos oficiais para a Educação Básica, tomamos para análise a Constituição Federal (1988), a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010⁶. Na perspectiva de que, a partir da vigência destes documentos as políticas curriculares foram evidenciadas e postas em prática. Pois com o estabelecimento destas leis, são garantidos não só os direitos dos sujeitos, mas os deveres do estado, da escola, da família e da sociedade, relevante para uma educação de qualidade. No Artigo 205 da Constituição Federal consta que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Com a formação do cidadão e seu preparo para o mercado de trabalho em evidência pela atual Constituição, adentramos a LDB (Lei nº9394/96), a qual passou a reconhecer a escola como o núcleo gestor, este sendo responsável por suas práticas e concepções pedagógicas. Além de esplanar a importância do currículo e do Projeto Político Pedagógico, que em sua plenitude começa a ser visto de forma mais concreta, passando por uma análise que evidencia o respeito não só as normas cultas, mas as normas comuns de cada região e de seu sistema de ensino.

Sendo o Projeto Político Pedagógico um documento instituído pela LDBEN, evidenciamos o seu Artigo 11 quando diz que “a escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País.

E o Artigo 14, define “[...] as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades.” Com a forma de organização curricular, o PPP de cada instituição deve elaborar suas propostas pedagógicas voltadas a suprir as necessidades não só dos educandos, como também de todo corpo docente, assim podendo estabelecer uma gestão democrática que perpassasse as linhas do diálogo, contudo sempre de acordo com as normas comuns estabelecidas. No artigo 12 referindo-se aos estabelecimentos de ensino consta que,

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I- elaborar e executar sua proposta pedagógica; II- administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III- assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV- velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; [...].

No artigo 13 o currículo é tido como: [...] “o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos”.

Partindo da organização curricular, o PPP de cada escola deve não só abordar os conteúdos específicos programáticos como também, fazer com que o educando em sala traga para o espaço educacional seu cotidiano, para que assim possa haver uma relação do diálogo entre aluno/professor. Porém, cabe a escola estabelecer uma formação adequada aos educadores onde estes irão assumir um papel de intermediadores, ou seja, aquele que

⁶ Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação Básica.

mostrará ao educando as possibilidades que este tem de transformar sua realidade. Consta no Artigo 18 da DCNGEB, que, “na organização da Educação Básica, devem-se observar as diretrizes curriculares nacionais comuns a todas as suas etapas, modalidades e orientações temáticas, respeitadas as suas especificidades e as dos sujeitos a que se destinam”.

Existem diversas formas de organização curricular previstas para o atendimento de determinados grupos de alunos em função de suas peculiaridades, estabelecidas no Artigo 23 da LDBEN que,

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Ao fazer uma relação entre o que consta nos documentos oficiais a respeito de uma educação que se respeite o saber do educando, para que possa haver uma relação de troca de conhecimentos, Freire deixa claro esse respeito que a escola deve estabelecer para com o educando quando diz que,

Queremos uma escola pública popular, mas não populista e que, rejeitando o elitismo, não tenha raiva das crianças que comem e vestem bem. [...], que respeite a forma de estar sendo de seus alunos e alunas, seus padrões culturais de classe, seus valores, sua sabedoria, sua linguagem (FREIRE, 1991, p. 42).

Freire expressa sobre sua intenção da elaboração de um Projeto Político Pedagógico, visando à democratização educacional, na qual o alunado seja o principal envolvido no processo de alfabetização, de libertação, e que a reformulação do currículo é fundamental para que o aluno possa crescer como ser social,

Sem esta reformulação curricular não poderemos ter a escola pública que queremos: séria, competente, justa, alegre, curiosa. Escola que vá virando o espaço em que a criança, popular ou não, tenha condições de aprender e de criar, de arriscar-se, de perguntar, de crescer (FREIRE, 1991, p. 42).

Paulo Freire ressalta ainda que:

[...] o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente lido, interpretado, escrito e reescrito. Neste sentido, quanto mais

solidariedade exista entre o educador e educandos no trato deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola (FREIRE, 1996, p. 97).

Os desenhos curriculares dos Projetos Políticos Pedagógicos de uma instituição de ensino devem não só considerar o que está presente nos documentos oficiais direcionados à educação, mas ir além, como deixa claro Freire em suas obras. Buscando a construção da autonomia dos sujeitos e considerando não só os saberes do educador como também dos educandos.

O PPP de uma escola deve abranger toda e qualquer necessidade que a instituição apresente, partindo de uma base comum do currículo, embasada nas políticas públicas, o qual não pode desvincular-se da parte diversificada, pois a cultura do educando deve ser ressaltada para a construção de uma Educação de qualidade. Contribuindo para o crescimento de uma gestão democrática, para formação crítica do sujeito, direcionada ao seu exercício como cidadão. Concordando com Freire quando diz que, “se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (1997, p. 267).

Contudo, o PPP deve ser abordado com um olhar crítico, deve ser elaborado de forma coletiva, onde os professores devem assumir e desenvolver seu importante papel na construção do mesmo. Assim, Santiago 2009, nos propõe que,

Na escola os profissionais da educação assumam o projeto político pedagógico como um processo coletivo de investigação pedagógica, como situação de estudo e como um processo de desenvolvimento profissional que se realize numa perspectiva crítica.

ANÁLISE DOS PPP DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Entendendo Desenho Curricular como modelo de organização do currículo contido no projeto político pedagógico da escola, estamos analisando o PPP de nove escolas, ressaltando que a escolha dos nove PPP, foi referente aos nove Pólos, onde estão organizadas as noventa e seis escolas da Rede Municipal. Para indicar os PPP identificamos as Escolas por letras, como exemplo Escola A, B, C, D. No recorte deste texto, discutimos os resultados da análise do PPP de duas escolas.

Analisando os PPP que versam sobre os temas geradores nos quais Paulo Freire destaca o educando como objeto central, partindo de estudos e análise dos documentos específicos e dos Documentos Norteadores do Município de João Pessoa⁷, os quais orientam a construção e os elementos constitutivos dos PPP da escola e suas singularidades, procuramos construir reflexões que analisam o real desenho curricular de cada PPP das escolas da rede municipal de João Pessoa. Onde conjugando com o que Freire aponta em suas obras indagando que o PPP deve partir de uma gestão democrática, da liberdade do aluno, da

⁷ 1. Diretrizes 2012. 2. Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa: Uma Construção Coletiva-Educação Infantil / Ensino Fundamental 1ª a 4ª série / Educação de Jovens e Adultos. 3. CONSTRUINDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: conceituação, princípios e procedimentos teóricos metodológicos. SEDEC/DGC, 2009.

igualdade e de uma qualidade de ensino que faça com que o educando se torne um ser pensante. Veiga propõe que:

O projeto político-pedagógico é entendido [...], como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico (2002, p. 5)

O PPP da Rede Municipal é um documento da escola que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo e que expressa também às exigências/orientações/determinações legais do Sistema Educacional. Além de expressar a proposta curricular, relevando sempre a função e a prática social da Escola. A Secretaria de Educação e Cultura através das Diretrizes (2012) que orientam a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa expressam além da organização da matriz curricular, pois direcionam a organização pedagógica e o objetivo da avaliação em seus diferentes níveis e modalidades de ensino.

Analisamos os PPP de duas escolas, as quais denominamos de escola A e escola B. A escola A atende 1.035 alunos do ensino fundamental distribuídos nos três turnos, apresentando uma organização curricular de acordo com legislação nacional e as Resoluções do Conselho Municipal de João Pessoa (Resolução nº 002/2000; 002/2001 e 004/2000). A equipe pedagógica da SEDEC/PMJP parte do pressuposto de que o PPP não deve ser abordado apenas como um documento de normas rígidas, pois, este projeto deve apoiar e contribuir para o atendimento das necessidades não apenas dos educandos como também de toda comunidade escolar. A escola busca desenvolver um papel social na qual se firma na construção de um PPP que abarque as possibilidades de formar um ser transformador, capaz de contribuir com a transformação da sociedade a qual ele pertence.

As categorias freireanas estão presentes em todo o texto, porém, poucos são os extratos de suas obras apresentados no corpo do PPP. Apesar de Freire defender a gestão democrática, a referência citada no texto foi baseada em Libâneo (1994), Gadotti(1992; 1997), e a própria LDBEN. De acordo com o documento, a gestão democrática tem o intuito de mudar a cara da escola, ou seja, se não há uma mudança da prática pedagógica, não haverá mudança na escola, nem tão pouco processo de resignificação/reformulação pedagógica.

A equipe pedagógica da escola trabalha com uma proposta curricular embasada nos conhecimentos, onde buscam uma metodologia a qual possam ser considerados não só o conhecimento científico, mas também, o conhecimento do próprio indivíduo, contudo este conhecimento passando por uma reflexão e resultando numa nova ação, propondo ao sujeito sua emancipação, assim, este poderá agir na sociedade como ser transformador.

Consideram a individualidade do sujeito, respeitando seus valores éticos e morais, abordam o professor não apenas como transmissor de conhecimentos, mas sim, como aquele que deve proporcionar situações as quais respeitem os saberes do educando. Apostam numa formação de professor continuada, onde o educador é visto como um ser que não só enfrentam como também resolvem problemas, o professor deve estar em formação

constante, pois o mesmo deve sempre repensar suas práticas e inová-las, isso fica claro quando citam, (LIBÂNEO, 2001, p. 27):

É na escola, no contexto de trabalho, que os profissionais em educação enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho, ao passo que vão promovendo mudanças pessoais e profissionais.

A escola ainda aposta em uma organização curricular que considera a visão de mundo, a qual o aluno está inserido a todo o momento e que ainda a partir desta visão de mundo o mesmo possa fazer uma relação dos conhecimentos científicos adquiridos com as necessidades que o mesmo enfrenta em seu dia-a-dia. Em um extrato do texto pode-se identificar esta relação a qual a equipe se refere, “o currículo deve também integrar os temas transversais que contribuem para a formação da cidadania, favorecendo a compreensão da realidade e a participação ética e moral”. (PPP Escola A2010, p. 28)

A Escola B atende do 1º ao 5º ano e a Educação de Jovens e Adultos, tendo uma demanda total de 621 alunos, divididos em três turnos; manhã, tarde e noite. Colocando o aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem, define o PPP como “uma construção coletiva que visa a melhoria da Educação onde todos devem estar envolvidos na formação do cidadão para que possam ter os mesmos direitos na sociedade” (PPP Escola B 2011, p. 4). E ressalta os saberes do educando e a Educação Democrática, através do trabalho coletivo. Abordam os Parâmetros Curriculares Nacionais (p.47) ao trazer que “as escolas [...] para exercerem a função social precisam possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais” e com a LDBEN quando tratam da importância da formação profissional adequada, como também da permanente. Princípios que dialogam com Freire, apesar do autor não ter sido citado no Documento apresentando uma contradição com o seu ideário quando relata que a prática Escolar anda distinta das demais (família e trabalho).

Tendo sua base do trabalho pedagógico pautado no desenvolvimento do currículo, o documento apresenta um desenho curricular claro, pautado na LDBEN, nos PCN, e nos Documentos Orientadores do Município de João Pessoa, o qual explicita um currículo organizado bimestralmente por conteúdos programáticos pautados nos temas transversais e nos projetos didáticos pedagógicos.

CONCLUSÃO

Com a elaboração do PPP, a instituição de ensino visa orientar o trabalho escolar coletivo e as práticas docentes para alcançar o seu principal objetivo: a melhoria da qualidade social. Na primeira análise dos Projetos Político Pedagógicos constatamos que Paulo Freire é citado em epígrafes e no meio do texto, no entanto não aparece na Bibliografia do PPP. Sendo uma citação superficial, pois se o que a pedagogia freireana ensinasse estivesse presente, encontraríamos em nossa análise um PPP democrático e progressista. Partindo desses preceitos, seguimos para a segunda etapa da pesquisa: uma análise dos PPP segundo os Documentos Oficiais, embasando-nos na Constituição Federal (1988), na LDBEN (Lei nº 9.394/96) e na Resolução CNE/CEB nº 4/2010. Esse referencial afirma, não só uma base comum para o currículo, mas o define como um “conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem

intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos”. Ou seja, garantindo uma parte diversificada que seja de fato orientada pelo PPP de cada escola e aprovada dentro de um processo democrático participativo. Diante da análise realizada até o presente momento da pesquisa, percebemos que os Desenhos Curriculares tomaram por base a legislação oficial que orientam o currículo a partir da Matriz Curricular de base comum e parte diversificada associados aos Projetos Didáticos elaborados a partir de temas contemporâneos e entrelaçados com os temas transversais propostos pelos PCNs. Dessa forma, Dessa forma, entendemos que os PPP das escolas procuram dialogar com os princípios freireanos, mesmo que timidamente.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. *Política cultural e educação*. Tradução de Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. *Desafios da educação de adultos frente à nova reestruturação*

tecnológica. Seminário Internacional Educação e Escolarização de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 1997.

_____, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 13. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____, Paulo. *Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. *Conscientização: teoria e prática de libertação uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23 Edição

São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

MAINARDES, Jefferson. MARCONDES, Maria Inês. *Educação e Sociedade: revista de ciência da educação*. Vol. 30 nº 106 – Campinas Jan./Abr. 2009.

PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. *Desenhos curriculares dos projetos políticos pedagógicos: uma contribuição da pedagogia freireana aos cursos de licenciatura*. João Pessoa, Fev. 2012.

_____, Rita de Cassia Cavalcanti. *Currículo, formação de professores e repercussões metodológicas*. In: LIMA, M. N.S e Rosas, Argentina. (org.) *Paulo Freire: Quando as ideias e os afetos se cruzam*. Recife, Editora Universitária – UFPE, 2001.

SANTIAGO, Maria Eliete. *Políticas e gestão da educação básica: o projeto político pedagógico da escola como instrumento de gestão democrática*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. São Paulo: Autêntica, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político Pedagógico: uma construção coletiva*. Disponível em: <<http://pedagogia.dmd2.webfactional.com/media/gt/VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>>. Acesso em: 10 Jun. de 2012.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL, Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 30 Abr. 2012.

_____, *Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso: 15 Maio 2012.

_____, CNE/CEB. *Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010*. Disponível em: <9>. Acesso em: 30 Fev. 2012.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 08 Maio 2012.

JOÃO PESSOA. *Resolução 02/2000*. Estabelece Diretrizes para elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Regimento das Escolas Públicas do Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa, 2000.

_____. Diretrizes 2012. Disponível em: <<http://sedec.joaopessoa.pb.gov.br/portaleducacao/wpcontent/uploads/2012/03/Diretrizes.pdf>>. Acesso em: 02 Jun. 2012.

_____. *Construindo o projeto político pedagógico: conceituação, princípios e procedimentos teóricos metodológicos*. SEDEC/DGC, 2009.

_____. *Projeto Político Pedagógico: Escola Municipal do Ensino Fundamental Presidente João Pessoa*, 2010.

_____. *Projeto Político Pedagógico: Escola Municipal Luiza Lima Lobo*, 2010.